

DEMOCRACIA E CLASSE: FORMULAÇÕES LIBERAIS E SOCIALISTAS.

DEMOCRACY AND CLASS: LIBERAL AND SOCIALIST FORMULATIONS.

Resumo

O presente artigo explora a maneira como a teoria democrática, em suas formulações liberais e socialistas, compreende a relação entre democracia e classes sociais. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica de autores proeminentes de ambos os campos, com foco em Tatu Vanhanen, como representante da teoria liberal, e Ellen Wood, como representante da teoria socialista. Enquanto os liberais procuram mitigar os efeitos dos conflitos de classe por meio da mediação proporcionada pelo direito e pelas instituições, neutralizando o impacto da classe sobre a política, os socialistas entendem que a democracia possui um caráter de classe, ou seja, são as demandas oriundas das classes trabalhadoras que permitem um real processo de democratização. Reservadas as diferenças entre as duas vertentes, ambas reconhecem que a democracia resulta da necessidade de processar ou resolver os conflitos oriundos da questão das classes.

Palavras-chave: democracia; socialismo; liberalismo; classe; teoria democrática.

Abstract

This article explores how democratic theory, in its liberal and socialist formulations, understands the relationship between democracy and social classes. For this purpose, a bibliographic review of prominent authors from both fields was carried out, focusing on Tatu Vanhanen as an exemplar of liberal theory, and Ellen Wood as an exemplar of socialist theory. While liberals seek to mitigate the effects of class conflicts through the mediation provided by law and institutions, neutralizing the effect of class on politics, socialists understand that democracy has a class character, that is, it is the demands arising from the working classes that allow for a real process of democratization. Despite the differences between the two strands, both understand that democracy results from the need to process or resolve conflicts arising from the question of class.

Keywords: democracy; socialism; liberalism; class; democratic theory.

¹ Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). E-mail: vitorino.mvm@iesp.uerj.br

INTRODUÇÃO

Poucos conceitos são utilizados com tanta frequência, bem como com tamanha variedade de empregos e significados, quanto o termo democracia. A palavra – de origem grega – é comum não apenas ao léxico de atores políticos, que o utilizam cotidianamente para se referir a maior parte dos estados modernos ou aos ideais que orientam suas práticas políticas, como é o caso dos cientistas sociais, que empregam o termo em sentidos tão diversos quanto aqueles que o fazem durante a práxis política. Trata-se de uma vitória absoluta do termo que, paradoxalmente, significa também seu esvaziamento conceitual. Como observa Wendy Brown, “A democracia tem popularidade global sem paralelo hoje, embora nunca tenha sido mais conceitualmente indefinida ou substantivamente vazia” (BROWN, 2008, p. 46, tradução do autor).

Esta diversidade de uso – assim como sua consequente indefinição – contrastam com a longa e duradoura definição que perdurou durante a maior parte da história: a de que a democracia correspondia, em específico, a um governo de massas pobres. No diálogo platônico “Político”, democracia é definida tanto como governo do número, dos muitos e das multidões; em todos os casos, os numerosos são reconhecidamente aqueles que se encontram em situação de pobreza ou desprivilegio. Em sua acepção original, o termo estava longe de ser reconhecida como o emblema de virtudes políticas que hoje representa; pelo contrário, como sugere Jacques Ranciere, a democracia corresponde ao “primeiro insulto inventado na Grécia Antiga por aqueles que viam a ruína de toda ordem legítima no inominável governo da multidão” (RANCIERE, 2014, p. 8).

No seminal “República”, Platão descreve cinco formas de governo: aristocracia, timocracia, oligarquia, democracia e tirania. Dentre o conjunto de formas descritas pelo filósofo grego, é a Democracia que corresponde em específico a um governo que tem suas origens em um levante dos pobres que, por decorrência do descontentamento com a divisão de poder, se levantam contra as classes superiores; em suas palavras: “Ora a democracia surge, penso eu, quando após a vitória dos pobres, estes matam uns, expulsam outros, e partilham igualmente com os que restam o governo e as magistraturas, e esses cargos são, na maior parte, tirados à sorte” (PLATÃO, 2005 p. 383). A caracterização da democracia como um governo formado a partir de uma classe de pobres volta a aparecer em Aristóteles. Sua tipologia das formas de governo é composta por três formas puras e três formas corruptas, sendo a Democracia o correspondente corrupto da Politeia, o governo da maioria. Trata-se de forma corrupta, pois compreende

que na democracia a maioria é composta por pobres, que exercem a soberania de forma independente das leis.

Como indicado por Finley Moses (1988), a palavra “democracia” desaparece do vocabulário corrente até o século XVIII, quando volta a ser utilizada como termo pejorativo, novamente pelo caráter classista vinculado à ideia de democracia. É com o advento da Revolução Americana e da Revolução Francesa que a palavra passa a ser disputada, entre aqueles que a consideravam sinônimo de governos degenerados e corruptos e aqueles que viam na palavra o potencial de novas formas de governos populares. É justamente em seu caráter de classe – sendo descrita pelos filósofos da Antiguidade como governo dos muitos e pobres – que posiciona a palavra democracia no centro dos debates e movimentações políticas do século XIX, um momento marcado pelo desenvolvimento dos grandes centros urbanos e das enormes massas de trabalhadores.

Nesse contexto, a disputa entre as duas principais vertentes ideológicas oriundas da modernidade, liberalismo e socialismo, pode ser descrita – também – como processo de desenvolvimento das formas modernas de democracia. Trata-se, antes de tudo, de conflito pelo lugar das classes sociais dentro de um regime político. Assim, se por um lado, o lugar dedicado a classe nas ideias socialistas e liberais são tensionadas pela democracia, por outro, a história demonstra como estas incorporam e reivindicam democracia, em um movimento de fusão tão profundo que se torna impossível pensar em democracia sem antes pensar em democracias liberais ou socialistas. Esse artigo procura reconstruir a maneira específica como as tradições liberais e socialistas constroem suas concepções de democracia, tendo atenção específica ao lugar que a classe ocupa em suas formulações teóricas, ainda que de forma panorâmica.

DIREITOS, COMPETIÇÃO E INSTITUIÇÕES: A DEMOCRACIA LIBERAL

Ainda que temporalmente distantes, as considerações realizadas pela filosofia grega sobre os riscos de um governo das multidões seriam recepcionadas e reinterpretadas por célebres intelectuais de vertente liberal, como James Madison, Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill. As crescentes massas de trabalhadores urbanos do século XIX, em particular, forneciam um constante risco não apenas da imposição da cultura e religião das majorias, como da expropriação de fortunas. Aos liberais, era claro que uma população formada majoritariamente de trabalhadores pobres com acesso a política resultaria, inevitavelmente, em legislações de expropriação da minoria abastada.

Para importantes intelectuais liberais, como Constant, Tocqueville e Mill, a única forma de impedir que uma Democracia não se degenerasse em uma tirania da maioria – suplantando os direitos fundamentais que caracterizam um Estado liberal – seria a partir da adoção de uma democracia representativa. Aqui, a democracia representativa substitui a assembleia dos cidadãos, como no exemplo de sua contraparte grega, por um corpo de representantes eleitos por cidadãos.

Como observa Bernard Manin (1997), no seminal trabalho “The Principles of Representative Government”, a adoção de eleições surge como possibilidade de resguardar as instituições liberais dos riscos fornecidos pelo governo popular. Ainda distante de ser identificada como fórmula democrática *per se*, as eleições eram – antes – tomadas como uma instituição aristocrática. As eleições competitivas, ainda segundo Manin (1997), permitiam a seleção de indivíduos portadores de atributos distintivos ao restante da sociedade, como renda, posse de terras, escolaridade etc. Assim, a participação política é restrita a seleção de uma “aristocracia natural” (MANIN, 1997), termo utilizado pelos federalistas para se referir a um conjunto de homens desprovidos dos títulos de hereditarieidade, mas possuidores das qualidades necessárias a uma ordem liberal.

Simultaneamente, as democracias representativas passam também a comportar a existência mútua de um governo de soberania popular com as lógicas de um mercado capitalista. Se em Platão a democracia é um governo instituído por uma classe de pobres revoltosos, contemporaneamente democracia passa a ser concebida como resultado da lógica burguesa que institui uma economia capitalista. É o que descreve Macpherson (1992), ao demonstrar como as democracias representativas sucedem a consolidação das sociedades de mercado, se acomodando a uma estrutura onde já existiam associações competitivas, a figura jurídica do indivíduo e as noções modernas de direito. Nesse sentido, Macpherson (1992) infere que a democracia é consequência das lógicas liberais:

So democracy came as a late addition to the competitive market Society and the liberal state. The point of recalling this is, of course, to emphasize that **democracy came as an adjunct to the competitive liberal society and state**. It is not simply that democracy came later. It is also that democracy in these societies was demanded, and was admitted, on competitive liberal grounds. Democracy was demanded, and admitted, on the ground that it was unfair not to have it in a competitive society. **It was something the competitive society logically needed**. This is not to say that all the popular movements whose pressures resulted in the democratic franchise, and all the writers whose advocacy helped their cause, were devotees of the market society. But the bulk of them were. The main demand was for

the franchise as the logical completion of the competitive market society (MACPHERSON, 1992, p. 17).

Os movimentos de democratização são, portanto, sinônimos ao desenvolvimento de instituições e garantias em acordo com as premissas básicas do liberalismo. As liberdades individuais, especialmente aquelas assentadas sobre o mercado capitalista, se desdobram em demandas políticas que tomam formas institucionais específicas. Nessa concepção, é importante ressaltar que a democracia não aparece como alternativa às formas políticas desenvolvidas sobre os fundamentos liberais, mas como um complemento ou correção. Assim, trata-se de concepção que compreende a democracia como forma, isto é, um método específico de governo que resguarda o exercício das liberdades individuais.

A concepção liberal da democracia é definida, portanto, não apenas pela conciliação entre liberdades individuais e participação, mas pela amálgama desses conceitos. Nesse sentido, as liberdades individuais deixam de ser elemento antagônico ao caráter participativo que marca as democracias, tornando-se a condição primeira para a realização da participação popular. Ao rol das liberdades – que inclui os direitos à expressão, associação e propriedade – soma-se o direito de eleger e ser eleito para um corpo político. Nesse contexto, contudo, a participação deve ser **filtrada** por uma série de instituições que controlam seus possíveis efeitos prejudiciais.

A democracia torna-se não só indiferente à sua composição de classes, como parte fundamental do liberalismo. De uma ameaça ao Estado liberal, tornou-se uma realização do próprio liberalismo. A vitória dessa concepção influi, sobretudo, na maneira como a própria ciência política – agora um campo de conhecimento autônomo – refere-se à democracia. A nova ciência política promove uma verdadeira separação entre descrições normativas da democracia e aquelas identificadas como procedimentais ou descritivas.

As teorias compreendidas como normativas ou substantivas têm como conteúdo os valores e ideias que balizam as democracias, bem como os resultados substantivos do exercício político, como qualidade de vida e igualdade social. Por outro lado, as teorias que têm por base definições procedimentais ou descritivas destacam uma série restrita de práticas governamentais, arranjos institucionais e processos para determinar se um regime se qualifica como democrático. Destacam-se, dentro dessa tradição, as obras de Joseph Schumpeter [1942] (SCHUMPETER, 2017), Robert Dahl [1972] (DAHL, 2015) e a versão radicalmente formal e institucionalista de Tatu Vanhanen [1984] (VANHANEN, 1984).

Tendo se desfeito da doutrina clássica da democracia e de seu conteúdo substantivo, Joseph Schumpeter avança na proposta de uma teoria que concilia

elementos elitistas com os democráticos (SCHUMPETER, 2017). Em sua obra, “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (SCHUMPETER, 2017), o autor faz a tentativa de realizar uma descrição realista e menos idealizada dos regimes democráticos, argumentando que a democracia está dissociada de quaisquer ideais ou fins específicos. Em suas palavras, “o método democrático é o sistema institucional para chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo” (SCHUMPETER, 2017, p. 355). Seu caráter distintivo não é a produção de um bem específico baseado em um ideal, ou mesmo a participação do povo, e sim a existência e garantia de um sistema de competição pela liderança política disputado por elites.

O legado de “Capitalismo, Socialismo e Democracia” é reconhecível em toda a ciência política posterior, sendo fundamental para o desenvolvimento de outras obras clássicas, como “Poliarquia: Participação e Oposição” (DAHL, 2015), de Robert Dahl. O cientista político norte-americano diverge e converge em pontos significativos de Schumpeter. Sua teoria, a exemplo do elitismo democrático de Schumpeter, é centrada nos arranjos institucionais que possibilitam processos eleitorais. Uma democracia é definida como tal à medida que possui e conserva determinadas instituições. Entretanto, Dahl (2015) concebe a competição eleitoral a partir de seu pluralismo, isto é, a ideia de que as eleições possibilitam que minorias sociais e políticas exerçam influência e controle sobre as tomadas de decisão. A adoção de um critério normativo como ponto ideal de sua escala de democracias e a inclusão do sufrágio demonstram que Dahl não aderiu totalmente à não inclusão de elementos substantivos em sua própria definição de democracia (DAHL, 2015). Reside, contudo, o foco nos processos eleitorais estabelecidos por Schumpeter.

Esta tendência de redução da democracia aos elementos institucionais que regulam a competição – desprovidos de qualquer referência a ideias ou resultados substantivos – encontra forma radical em “The Emergence of Democracy: A Comparative Study of 119 States, 1850–1979”, do cientista político finlandês Tatu Vanhanen (VANHANEN, 1984). Partindo de uma extensa revisão bibliográfica, o autor propõe compreender os processos de democratização como resultados de um longo processo evolutivo, em uma referência direta e aberta à teoria formulada por Charles Darwin no clássico “A Origem das Espécies”, de 1859. Tal processo tem como força motriz a competição pelo poder, onde os sistemas políticos resultantes são aqueles que melhor distribuem o poder entre seus concorrentes.

Vanhanen (1984) adota como ponto de partida de seu empreendimento as definições de democracia fornecidas por J. Ronald Pennock e Jean J. Patrick,

reconhecidas como procedimentais e descritivas. Democracia, assim, é descrita por Vanhanen como um sistema político no qual o poder é distribuído de forma difusa entre os membros de uma sociedade, enquanto a legitimidade do exercício do poder se baseia na ideia de consentimento popular (VANHANEN, 1984). Embora o conceito possua validade descritiva para sociedades pré-industriais, o autor indica que, em sociedades modernas, a democracia assume uma forma específica, significando “[...] que as pessoas e grupos de pessoas são livres para competir pelo poder, e que os detentores do poder são eleitos pelo povo e são responsáveis perante o povo” (VANHANEN, 1984, p. 11, tradução do autor).

A emergência desses sistemas seria o resultado de longos processos evolutivos dos arranjos de distribuição do poder. Vanhanen extrai as bases de sua explicação da teoria da seleção natural de Charles Darwin – especificamente no que se refere à formulação de que a escassez natural de recursos necessários para a sobrevivência faz com que as características vantajosas de determinadas espécies contribuam para sua reprodução (VANHANEN, 1984). Em um esforço de tradução para a ciência política, o autor indica que indivíduos e grupos competem pela obtenção de poder, uma vez que sua **posse** permite o acesso a outros recursos escassos. Assim, o poder é o recurso escasso nos ambientes sociais, sendo a luta pelo poder o principal mecanismo de seleção natural da política.

Os meios utilizados em tal competição são sanções pelas quais se exerce o poder, equivalentes às características na teoria darwinista, selecionadas pelo ambiente conforme a sua eficiência. Quanto maior for a eficiência dessas sanções, maior será a capacidade de grupos e indivíduos conservarem e expandirem seu poder, criando estruturas de poder regulares e previsíveis. Assim, a formulação teórica de Vanhanen (1984) equipara sistemas políticos a estruturas de poder – estes, por sua vez, organizam a distribuição e obtenção do poder. Os sistemas políticos que distribuem o poder de maneira eficiente – reduzindo os conflitos que o tornam instáveis e propensos a crises – tendem a ser conservados ao longo do tempo (VANHANEN, 1984).

Democracias, portanto, emergem dos processos de seleção natural da política, onde os “recursos de poder se tornaram tão amplamente distribuídos que nenhum grupo é mais capaz de suprimir seus concorrentes ou de manter sua hegemonia” (VANHANEN, 1984, p. 18, tradução do autor). Em sua descrição, a tecnologia atua como elemento disruptivo na distribuição do poder, possibilitando maior concentração ou distribuição. Sociedades primitivas, como as de coletores-caçadores, eram organizadas sem maiores divisões na distribuição de poder, com exceção apenas das divisões de tarefas por sexo, em uma espécie de **proto-democracia** na descrição do autor. A agricultura altera a balança de poder,

permitindo o acúmulo de excessos de produção, que, por sua vez, começam a ser desigualmente distribuídos. Contudo, o advento da revolução industrial criaria as condições adequadas para dispersão de recursos importantes para disputa pelo poder, como capital econômico e intelectual. Com a inclusão de novos grupos sociais como concorrentes, criaram-se as condições para a emergência dos sistemas políticos democráticos.

A teoria de Vanhanen continua, a exemplo dos autores liberais que o antecederam, a descrever a democracia como produto de uma sociedade capitalista, que, à semelhança de suas lógicas de mercado competitivas, constrói instituições políticas competitivas. Como reconhece o próprio autor, essa tradição remonta a Schumpeter, que “possuía a certeza de que, historicamente, a democracia moderna cresceu junto com o capitalismo, e em conexão causal com ele” (VANHANEN, 1984, p. 12). Da mesma forma, Vanhanen menciona Robert Dahl, que defendia que “não há dúvidas de que política e nível socioeconômico tendem a funcionar juntos” (VANHANEN, 1984, p. 14). Diferentemente do proposto por Platão e Aristóteles, a emergência da democracia não resulta do levante das classes populares ao poder, mas da capacidade dos sistemas modernos de transformar conflitos de classe em conflitos políticos, por meio de instituições que distribuem o poder e impedem sua monopolização.

PARTICIPAÇÃO, CLASSE E DEMOS: A DEMOCRACIA SOCIALISTA

Não são poucas as controvérsias sobre a conjunção entre ideias socialistas e democráticas. O marxismo, enquanto principal expressão teórica e política do pensamento socialista, possui tensões claras com os princípios do pensamento liberal. Ideias como a **ditadura do proletariado** ou mesmo as experiências históricas dos governos socialistas indicam, em muitos casos, algum grau de incompatibilidade entre a democracia e o socialismo. Todavia, a exemplo da relação complexa entre liberalismo e democracia, é necessário pensar a democracia como uma das chaves explicativas das teorias de esquerda. Como observa César Guimarães (2019, p. 252), “o marxismo é, a um tempo, produto do esclarecimento e contribuição teórica ao governo da maioria na modernidade. Uma outra democracia dos modernos”.

Nas perspectivas de esquerda, a democracia é compreendida como uma construção histórica derivada da luta de classes, que não pode ser reduzida às formas jurídico-políticas liberais. Essa definição, contudo, não prescinde do reconhecimento de que as instituições liberais não possam, em alguma instância, representar um ponto de convergência da luta dos trabalhadores. A democracia

subverte os elementos que fundamentam tais ordens, à medida que as oligarquias também tensionam as subversões democráticas. Assim, o sufrágio universal nasce das lutas democráticas, à medida que é reapropriado pelas oligarquias, adequando o sufrágio aos interesses das classes dominantes. Esse movimento demonstra, ainda segundo os teóricos à esquerda, as contradições internas ao movimento de democratização circunscrito à política burguesa:

A burguesia tinha a noção correta de que todas as armas que ela havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostataram delas. Ela compreendeu que todas as assim chamadas liberdades civis e todos os órgãos progressistas atacavam e ameaçavam a sua *dominação classista* a um só tempo na base social e no topo político, ou seja, que haviam se tornado “socialistas” (MARX, 2011, p. 80, grifos do autor).

Se as instituições burguesas passam a subsidiar uma radicalização **democrática e socialista** resta às classes dominantes recuar em seu próprio projeto político. Portanto, as contradições internas ao ordenamento capitalista são **solucionadas** pela burguesia a partir da interrupção dos processos de democratização, em um movimento de manutenção do caráter oligárquico dos governos representativos, quando não da retração de suas instituições políticas a formas não liberais.

Assim sendo, ao tachar de heresia “socialista” aquilo que antes enaltecera como “liberal”, a burguesia confessa que o seu próprio interesse demanda que ela seja afastada do perigo de governar a si própria; que, para estabelecer a tranquilidade no país, sobretudo o seu Parlamento Burguês deveria ser silenciado; que, para preservar o seu poder social intacto, o seu poder político devia ser desmantelado; que os burgueses privados só poderiam continuar a explorar as demais classes e desfrutar sem percalços a propriedade, a família, a religião e a ordem se a sua classe fosse condenada à mesma nulidade política que todas as demais classes[...] (MARX, 2011, p. 81).

Ao cerne dos processos de democratização, e à distinção de como estes são compreendidos pela esquerda e direita, se encontra o papel reservado ao sufrágio e controle popular. Para a perspectiva liberal, a consolidação do sufrágio universal equivale ao ponto final dos processos de democratização, enquanto para os socialistas tal processo possui sinal invertido; as lutas sociais responsáveis pelo sufrágio representam o ponto de partida para o verdadeiro processo de democratização. A inclusão dos trabalhadores em uma ordem jurídico-política não encerra o processo de democratização, uma vez que as perspectivas socialistas compreendem que a desigualdade de classes é um fenômeno material, decorren-

te da organização dos meios de produção. Os processos de democratização são aqueles que se orientam na direção da construção de formas políticas que possibilitem – para além do exercício usual da política como compreendido pelo liberalismo – a organização dos meios de produção de maneira coletiva e planejada.

Nesse sentido, a democracia é um projeto que se assemelha à experiência do **autogoverno dos produtores** como experimentada pelo célebre capítulo histórico da Comuna de Paris. O projeto de democratização empregado pelos socialistas – antes mesmo de se comprometer a formas institucionais específicas – parte do reconhecimento de que as relações de trabalho, economia e propriedade devem ser tratadas como problemáticas públicas, passíveis da intervenção da *demos*. A democracia, em sua modulação socialista, procura a indistinção entre público e privado, avançando em prol do reconhecimento das relações do capital como problemas políticos.

Não obstante, se os socialistas postulam um controle democrático também sobre o econômico, é necessário superar a separação teórica entre político e econômico presente em suas matrizes intelectuais, aqui incluindo a obra de Karl Marx (2011). Por vezes, as descrições marxistas das formas de superação da dominação capitalista passam por uma linguagem economicista, com papel reduzido dado à política (GILBERT, 1991; WOOD, 2003). Essa tendência de caracterização do problema do capital em termos estritamente econômicos parece derivar das próprias referências teóricas adotadas por Marx em seu período de maturidade; Adam Smith e David Ricardo descrevem o funcionamento do mercado como autônomo, formulado em um idioma não político. Nesse sentido, é perceptível uma influência de uma economia antipolítica na obra de Marx (2011), onde o mercado prescinde das formas políticas que o possibilitam (GILBERT, 1991).

Em tendência contrária, a filósofa Ellen Wood (2003) procura demonstrar como a operação do capitalismo depende, propriamente, da consolidação de uma distinção entre o econômico e o político. A separação entre o econômico e o político deve ser compreendida, na proposição da autora, como um processo histórico que possibilitou o isolamento da classe trabalhadora dos meios de produção. O capitalismo deve ser entendido como uma forma específica de relação social entre classes, onde a produção é organizada de forma a concentrar o poder político nas classes apropriadoras. A exploração capitalista tem como fundamento uma configuração política que torna possível um determinado arranjo econômico.

O capitalismo encontra sua especificidade justamente na maneira como dispõe o poder político na sociedade. Se as funções de produção, distribuição,

extração e apropriação dos excedentes de produção antes se encontravam centralizadas na estrutura do Estado, agora estas são “privatizadas e obtidas por meios não autoritários e não-políticos” (WOOD, 2003, p. 35). O capitalismo, assim sendo, desloca funções políticas para a esfera privada, permitindo que a burguesia disponha de enorme poder de acumulação, uma vez que privatiza o poder de organizar as relações de produção.

Visto que o capitalismo se torna possível a partir de um tipo específico de organização política, aquela onde o poder sobre os meios de produção é privatizado, torna-se lógico assumir que – em ordem de se inaugurar uma sociedade socialista – aquela na qual os meios de produção são de propriedade coletiva, é necessário que a classe produtora exerça controle político. Há, portanto, a necessidade não apenas de reconhecer que o político e o econômico não podem ser separados, mas também de identificar a classe trabalhadora como tendo parte nas definições do político. A autora encontra no conceito de democracia, em sua versão clássica, a conjunção entre o político e a classe.

Partindo de uma revisão historiográfica sobre a experiência política ateniense, Wood (2003) argumenta que nas democracias **substantivas** há uma conjunção entre o *status* de cidadão e o *status* de trabalhador. A Pólis ateniense representa importante ruptura histórica com o padrão de estratificação entre governantes e produtores, onde a primeira, compreendida como classe distinta, se apropriava do trabalho das classes produtoras, sobretudo camponesas. A inovação histórica da experiência democrática ateniense reside na maneira como os camponeses eram compreendidos, simultaneamente, como classe produtora e cidadãos, no sentido de que a noção de cidadania os conferia parte na organização política da comunidade. Produtores, dessa forma, são compreendidos como classe política, uma vez que seu *status* como trabalhadores livres os permite organizar as formas de produção.

O desenvolvimento da concepção moderna de cidadania, contudo, ocorre com um sinal negativo, isto é, marca não a independência política das classes produtoras, mas a independência política das classes apropriadoras. Ainda que a concepção moderna de cidadania tenha como referência o povo, este não equivale ao *demos* grego, constituído por camponeses livres, mas sim por uma classe ascendente de burgueses que procuravam se libertar dos arbítrios da monarquia. Como define a autora: “o cidadão-camponês é a figura mais representativa do primeiro drama histórico; a do segundo é o barão feudal aristocrata Whig” (WOOD, 2003, p. 177). Elementos fundamentais das repúblicas modernas, como a separação entre poderes e a representação, são implementados, portanto, a

serviço do controle e da restrição da capacidade de mobilização e organização popular, reservando o exercício da política para as elites proprietárias.

É constituída uma democracia liberal, na qual uma igualdade civil **formal** entre trabalhadores e proprietários coexiste com uma desigualdade social profunda entre esses dois grupos. Se a cidadania moderna não é determinada pela posição socioeconômica, baseada na igualdade formal e democrática no plano dos direitos, o poder das classes burguesas é preservado e expandido, uma vez que a igualdade civil não altera diretamente as relações de classe e a privatização de poder que permite a apropriação do trabalho.

Submetido a imperativos econômicos que não dependem diretamente do status jurídico ou político, o trabalhador assalariado sem propriedade só pode desfrutar do capitalismo da liberdade e da igualdade jurídicas, e até mesmo de todos os direitos políticos de um sistema de sufrágio universal, desde que não retire do capital o seu poder de apropriação (WOOD, 2003, p. 173).

O caráter formalista das democracias liberais as torna incapazes, segundo Wood (2003), de fornecerem uma solução à problemática da exploração capitalista e desigualdade de classes. É necessário, assim, fazer emergir uma nova racionalidade política, uma democracia substantiva, onde a organização dos meios de produção seja realizada de forma democrática pelas classes produtivas. Isso significa, em concordância com os argumentos desenvolvidos pela autora, privilegiar o caráter de classe dessa democracia, em oposição às cisões identitárias características das propostas teóricas identificadas como pós-modernas. É necessário, portanto, reconhecer que a *demos* é, também, classe social.

CONCLUSÃO

Em uma primeira abordagem, pode-se dizer que as diferenças fundamentais entre os dois tipos de democracia aqui expostos estão na maneira como estes priorizam o método de governo ou os valores que orientam o governo. Por um lado, a democracia liberal assume caráter formal, à medida em que reduz a democracia a um conjunto de instituições e regras de comportamento independentemente da consideração dos fins. Por outro lado, os socialistas parecem privilegiar uma concepção substancial de democracia, privilegiando a igualdade social e econômica, independentemente dos arranjos institucionais necessários para tal.

Apesar disso, talvez seja mais prolífico pensar que a distinção fundamental é aquela realizada em seu conceito de *demos*, e se este se manifesta em

uma concepção de classe ou não. Para os liberais, o sujeito democrático, a quem está fundada a ideia de cidadania, é um cidadão abstrato, que prescinde de classe ou *status*. Enquanto os socialistas compreendem que o sujeito da democracia é, especificamente, a massa trabalhadora, esta que compartilha das condições universais da exploração capitalista. César Guimarães sintetiza tal diferença, ao analisar a proposta democrática de origem marxista, o autor observa: “Por razões que os autores consideravam de natureza científica, o *demos* é o proletariado industrial, operador da superação do capitalismo, base social do Partido Comunista a que se refere o Manifesto de 1848” (GUIMARÃES, 2019, p. 252). A democracia é, como em sua versão grega, governo das massas pobres, mas aqui possui valor positivo; democracia **não é** degeneração de um governo popular, mas sim sua realização completa. Se os socialistas insistem na concepção de um governo das maiorias, os liberais irão realizar uma pequena, mas profunda mudança conceitual; ainda segundo Guimarães: “Nesse momento, em paralelo, nos idos de 1860, John Stuart Mill, em *O Governo Representativo*, apresenta a brilhante e vitoriosa fórmula da moderna democracia liberal: ‘a verdadeira democracia é o governo de todos, não da maioria’” (GUIMARÃES, 2019, p. 253).

Assim, a revisão aqui empreendida demonstra a centralidade do conceito de classe para a teoria democrática. Trata-se de um conceito que, a despeito de sua importância para as ciências sociais, tornou-se secundário, quando não meramente acessório, para a ciência política. Como observa Luís Felipe Miguel (2012), um conjunto de fatores históricos – como a queda do muro de Berlim e a cooptação da classe trabalhadora – somam-se à vitória da interpretação schumpeteriana, em que a democracia é descrita como competição entre elites. Paralelamente, uma mudança teórica aguda ocorre na teoria social e política, que passam a privilegiar outros marcadores sociais, como aqueles vinculados à identidade.

O presente artigo não explora as razões específicas pelas quais o conceito de classe se tornou marginal na teoria política, nem examina quantitativamente sua presença ou ausência na literatura contemporânea. Contudo, demonstra como o conceito de classe não só está presente na formulação de autoras e autores clássicos, mas também é central para a compreensão do conceito de democracia. Se para os socialistas a luta de classes é condição primeira para o processo de democratização, para os liberais a classe é neutralizada pelo jogo da competição e das instituições. Aqui, a classe é o elemento que engendra toda a organização da política.

As interpretações liberais e socialistas, por conseguinte, seguem relevantes não apenas no sentido histórico, mas também no teórico. São notáveis, por-

tanto, trabalhos como o de Ellen Wood, que resgata o caráter de classe das ideias democráticas para enfrentar os dilemas contemporâneos, e o de Tatu Vanhanen, que demonstra como o mercado capitalista, operado pelo cidadão universal e abstrato do liberalismo, aponta para uma política também competitiva.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Ed. UnB, 1985.
- BROW, W. The democratic emblem. **Democracy in what State**, [s.l.], p. 6-15, 2014.
- DAHL, R. **Poliarquia: participação e oposição**. 3 reimp. São Paulo: Edusp, 2015.
- FINLEY, M. I. **Democracy ancient and modern**. [s.l.]: Rutgers University Press, 2018.
- GILBERT, A. Political Philosophy: Marx and radical democracy. In: MARX, K. et al. **The Cambridge Companion to Marx**. [s.l.]: Cambridge University Press, 1991.
- GUIMARÃES, C. Esquerda e Democracia. In: AGUIAR, T. F. de; HOLLANDA, C. B.; BRANCO, P. H. V. B. C. (Org.). **Cesar Guimarães: uma antologia de textos políticos**. Rio de Janeiro: Appris, 2019. v. 1.
- MACPHERSON, C. B. **The real world of democracy**. [s.l.]: House of Anansi, 1992.
- MANIN, B. **The principles of representative government**. [s.l.]: Cambridge University Press, 1997.
- MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.
- MIGUEL, L. F. Democracia e sociedade de classes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s.l.], p. 93-117, 2012.
- PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2005.
- RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. [s.l.]: Boitempo Editorial, 2015.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. [s.l.]: SciELO-Editora UNESP, 2017.
- VANHANEN, T. **The emergence of democracy: A comparative study of 119 states, 1850-1979**. Helsinki: Societas Scientiarum Fennica, 1984.
- WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.